



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680373 - SP (2021/0220271-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : RENATO DA COSTA GARCIA
ADVOGADO : RENATO DA COSTA GARCIA - SP251201
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATAN CESAR DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATAN CESAR DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 2108433-35.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 3/4/2021 pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 e no art. 307, na forma do art. 69, ambos do Código Penal, tendo sido convertida sua prisão em preventiva.

O impetrante sustenta carência de fundamentação concreta do acórdão hostilizado, falta dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar e o risco de contaminação do custodiado pelo novo coronavírus (COVID-19), em obediência à Recomendação CNJ n. 62/2020. Alega que a hipótese dos autos pode caracterizar a conduta do acusado como incurso nos arts. 28 e 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006. Aduz que a segregação cautelar se mostra desproporcional, uma vez que foi verificada quantidade ínfima de entorpecentes apreendidos.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem a fim de revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, "sem prejuízo de imposição cumulativa de medidas cautelares diversas da prisão" (fl. 33).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo

Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada.

Ademais, não há falar em aplicação por extensão da decisão no HC n. 188.820/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin. O STF fixou o entendimento de que não configura descumprimento da referida decisão quando o juiz de origem aprecia a situação individual do preso. Afirmou o relator:

[...] o juízo competente, na apreciação dos processos individuais, poderá deixar de conceder prisão domiciliar ou liberdade provisória, caso presentes situações excepcionais que demonstrem objetivamente a ausência de risco concreto e objetivo à saúde do detento na hipótese de sua manutenção no cárcere e que a soltura, mesmo com imposição de medidas cautelares diversas à prisão (art. 319 do CPP), mostra-se manifestamente inadequada ao caso concreto e causa demasiado risco à segurança pública.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

A nte o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente